



# Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

D. ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (DAF)

INFORMAÇÃO n.º 57/ 2019 . mjose

|                       |                                                                                                                                              |
|-----------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| DATA : 2019/08/02     |                                                                                                                                              |
| NIPG : 8950/17        | DE : Técnica Superior                                                                                                                        |
| REGISTO (DOC.) : 6416 | PARA : Presidente em regime de substituição da Câmara Municipal de Alfândega da Fé                                                           |
| CLASSIFICADOR :       | ASSUNTO : Projecto de decisão de adjudicação (art. 125º, Código dos Contratos Públicos), - Remodelação do sistema de AVAC na Casa da Cultura |
| PROCESSO : ----       |                                                                                                                                              |

## DESPACHO :

Aprovo o projeto de decisão.

Eduardo Tavares em 07-08-2019

## PARECER :

Pode o Sr.º Presidente em Substituição aprovar o Projecto de decisão de adjudicação supra referenciado.

Carla Victor- Chefe da DAF em 06-08-2019

## SEGUIMENTO:

**TEXTO :**

Sobre o assunto mencionado em título, cumpre a este serviço apresentar o projecto de decisão de adjudicação (art. 125º, Código dos Contratos Públicos), que o faz nos seguintes termos:

**1.Decisão de abertura do procedimento por ajuste directo:** despacho superior de 31.05.2019.

**2.Entidade convidada a apresentar proposta:**

Mecatermica Sociedade Mecanica Termica Unip. Lda

**3.Preço base:** € 19.035,00 (dezanove mil e trinta cinco euros), sem IVA incluído.

**4.Proposta:** a entidade convidada apresentou a sua proposta, nos seguintes termos:

**Preço total proposto:** € 19.035,00 (dezanove mil e trinta cinco euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor;

Juntou documento conforme Anexo I ao Código dos Contratos Públicos, em que declara que aceita o conteúdo do caderno de encargos, bem como os restantes documentos solicitados no convite.

**Nestes termos,**

•Sendo que o preço proposto pela entidade adjudicatária é igual ao preço base constante do caderno de encargos, e não havendo necessidade de proceder a negociação porque foi recebida apenas uma proposta, conforme preceitua o art. 125º/2 do Código dos Contratos Públicos;

Estando o proponente habilitado a prestar o serviço acima referido, e tendo o proponente declarado que aceita o conteúdo do caderno de encargos.

**Propomos:**

1.Autorização para a realização da despesa total de no montante global de, € 19.035,00 (dezanove mil e trinta cinco euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, que para o efeito foi atribuído a requisição nº 937/2019, compromisso nº1000/2019, com a classificação económica 0102 07011002, do Plano Plurianual de Investimento 2018//8.

2. Contrato escrito:

Nos termos da Cláusula 2.ª do Caderno de Encargos, é exigível a redução do contrato a escrito.

Face ao que antecede e se a proposta aqui formulada merecera aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.ºs 1 e 2 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação, a qual será acompanhada da "Proposta de decisão de adjudicação".

Mais se informa que, de acordo com o disposto da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação revista e actualizada conjugado com o disposto na alínea a) do artigo n.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, a competência para autorizar a despesa é do Presidente em regime de substituição da Câmara Municipal.

Face ao que antecede, submete-se à consideração superior a presente proposta. Se a mesma merecer aprovação, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 77.º do CCP, à notificação do adjudicatário- Mecatermica Sociedade Mecanica Termica Unip. Lda

Da adjudicação;

Para apresentação dos documentos de habilitação;

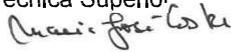
Da aprovação da Minuta do Contrato.

3. Foi já designado o Técnico do Município, Filipe Joaquim Rodrigues Pinheiro conforme despacho do Vereador da Câmara de 31.05.2019 para desempenhar as funções de gestor do contrato, nos termos do disposto no art. 290º-A, do Código dos Contratos Públicos, cabendo-lhe especificamente acompanhar permanentemente a execução do contrato. Tendo em conta as características deste contrato, que não reveste grande complexidade, deve confirmar a entrega do bem pelo prestador de serviços e submete-las superiormente.

**CONCLUSÃO :**

**Propõe-se que seja analisada a presente proposta, de acordo com a informação apresentada, para efeitos de adjudicação; se assim for determinado superiormente nesse sentido**

A Técnica Superior:



02-08-2019 MªJose Costa

Maria José Costa



# Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (DAF)

## MINUTA DO CONTRATO: Remodelação do sistema de AVAC na Casa da Cultura

**Município de Alfândega da Fé**, contribuinte n.º 506 647 498, com sede em Alfândega da Fé, aqui representada pelo Presidente em regime de substituição, Eduardo Manuel Dobrões Tavares, com poderes bastante para o efeito, e de ora em diante designada por primeiro outorgante.

**Mecatermica Sociedade Mecânica Térmica Unip. Lda.**, contribuinte n.º 504 854 674, com sede na Alameda de Santa Apolónia, nº12, Cv, 5300-855 Bragança, neste acto representado pelo Francisco Manuel Vieira de Almeida, com poderes bastantes para efeito, adiante designada por segundo outorgante.

É celebrado entre os outorgantes, e reciprocamente aceite, o presente contrato de aquisição de bens, o qual se subordina às seguintes cláusulas

### Cláusula 1.ª

#### Objeto

O presente contrato tem por objeto a Remodelação do sistema de AVAC na Casa da Cultura, assistência técnica de 1 (um) ano, com observância das especificações do caderno de encargos do procedimento e da proposta adjudicada.

### Cláusula 2ª

#### Local da entrega e prestação de serviço

- Os bens objeto do contrato devem ser entregues na Casa da Cultura do Município de Alfândega da Fé, em perfeitas condições;
- Com a entrega dos bens ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o adjudicatário;
- Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos são da responsabilidade do adjudicatário.

### Cláusula 3ª

#### Preço Contratual

- Para a realização do serviço objeto do presente contrato a primeira outorgante pagará à segunda outorgante a quantia de € 19.035,00 (dezanove mil e trinta cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, sempre que se mostrem devidas.

### Clausula 4ª

#### Prazo de vigência e execução do contrato

A entrega dos bens objeto do presente contrato decorre no prazo máximo de 38 (tinta e oito) dias a contar da data da celebração do contrato, e mantem-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos

e condições no Caderno de Encargos e o disposto na Lei sem prejuízo das obrigações acessórias que devem perdurar para além da cessação do contrato.

### **Obrigações contratuais**

#### **Cláusula 5.ª**

#### **Obrigações da primeira outorgante**

Pela aquisição dos bens objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do caderno de encargos, a primeira outorgante deve pagar à segunda outorgante o preço constante da proposta adjudicada acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

#### **Clausula 6ª**

#### **Obrigações da segunda outorgante**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a segunda outorgante as seguintes obrigações principais:

a) A segunda outorgante obriga-se a executar o objeto do presente contrato em conformidade com o estabelecido no caderno de encargos do presente procedimento e na sua proposta adjudicada, desenvolvendo todos os procedimentos e requisitos de natureza técnica e artística necessários à concretização do espetáculo que permitam a perfeita concretização da execução do contrato.

#### **Cláusula 7.ª**

#### **Objeto do dever de sigilo**

1. A segunda outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à primeira outorgante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destino direto e exclusivo à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 8.ª**

#### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 1 (um) ano a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Cláusula 9.ª**

#### **Condições de pagamento**

O pagamento será efetuado no prazo de 30 dias, após a receção pelo Município de Alfândega da Fé das respetivas faturas.

#### **Clausula 10ª**

#### **Cessão da posição contratual**

1. A segunda outorgante não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2. A segunda outorgante não pode ceder ou sub-rogar a terceiros os direitos e obrigações que para ela resultem deste contrato, salvo autorização expressa da entidade privada contratada.

#### **Clausula 11ª**

##### **Resolução por parte da primeira outorgante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Município de Alfândega da Fé pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.
3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao Município de Alfândega da Fé nos termos gerais de direito.

#### **Clausula 12ª**

##### **Documentos contratuais e prevalência**

1. Fazem parte integrante do presente contrato, os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos, a proposta adjudicada e os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela segunda outorgante.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que neles se dispõe.
3. Em caso de divergências entre os documentos referidos no nº1 e o clausulado do presente contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato proposto pelo primeiro outorgante e aceites pelo segundo outorgante.

#### **Clausula 13ª**

##### **Gestor do contrato**

1. Para acompanhar permanentemente a execução do contrato, foi designada como gestor de contrato, o trabalhador do primeiro outorgante, Filipe Joaquim Rodrigues Pinheiro.
2. O gestor de contrato deve remeter um relatório ao primeiro outorgante, da execução pela segunda outorgante.

#### **Clausula 14ª**

##### **Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais**

1. A primeira outorgante obriga-se a respeitar a legislação relativa à proteção a privacidade dos dados pessoais da segunda outorgante, assumindo-se, perante este, como único responsável pelo seu tratamento e guarda.
2. Sempre que o processamento dos dados pessoais for efetuado por entidade terceira, a primeira outorgante, assegura que esta entidade se compromete a respeitar o regime da Lei de Proteção de Dados Pessoais em vigor, nos exatos termos em que ele o faz, designadamente, inibindo-se de os tratar para fim diverso do contrato e de os transmitir a terceiros.
3. É garantido à segunda outorgante o direito de acesso aos dados pessoais que lhe digam diretamente respeito, podendo solicitar a sua correção ou aditamento.
4. Em caso algum a primeira outorgante utilizará dados pessoais da segunda outorgante para outras finalidades que não as relativas unicamente ao objeto do contrato, salvo ocorrendo consentimento expresso, por escrito, deste ou mandato judicial.
5. Para feitos do número anterior, os dados pessoais da segunda outorgante destinam-se unicamente à prestação dos serviços objeto do contrato.

#### **Clausula 15ª**

**Direito e fiscalização**

A primeira outorgante assegura, mediante poderes de direção e fiscalização, a funcionalidade da execução do contrato quanto à realização do interesse público visado pelo presente contrato.

**Clausula 16ª****Resolução de conflitos**

Os conflitos emergentes do presente contrato serão resolvidos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.

**Clausula 17ª****Comunicações e notificações**

1.Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2.Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Clausula 18ª****Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

**Clausula 19ª****Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**Clausula 20ª****Elementos do contrato**

1.Fazem parte integrante do contrato:

- a) O caderno de encargos;
- b) A proposta adjudicada.

2.Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº1, a prevalência é determinado pela ordem pela qual aí são indicados. Quanto às demais regras de prevalência, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos.

**Clausula 21ª****Disposições finais**

1.O procedimento relativo ao presente contrato foi autorizado por despacho de 31/05/2019 do Vereador da Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

2.O fornecimento objeto do presente contrato foi adjudicado por despacho de \_\_/\_\_/2019, dO Presidente da Câmara Municipal.

3.A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por despacho de \_\_/\_\_/2019.

4.O encargo total, com exclusão do IVA, resultante do presente contrato é de € 19.035,00 (dezanove mil e trinta cinco euros).

5.O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas e ou a inscrever no orçamento da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, para o ano de 2019, com o nº de compromisso 1000/2019.

6.Os pagamentos a efetuar em resultado da execução do presente contrato, obedecerão às normas constantes da lei dos compromissos e pagamentos em atraso.

7.Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes.

Depois de a segunda outorgante ter juntado os documentos de habilitação referidos no artº 81º, do Código dos Contratos Públicos, o contrato foi assinado por ambos os outorgantes.

Alfândega da Fé,2 de agosto de 2019

Primeiro Outorgante  
Eduardo Tavares em 07-08-2019

\_\_\_\_\_  
Presidente em regime de substituição- Eduardo Manuel Dobrões Tavares

Segundo outorgante

\_\_\_\_\_  
Representante Legal-Francisco Manuel Vieira de Almeida